

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.990 - ES (2018/0340886-0)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DA
FAZENDA MUNICIPAL DE VILA VELHA - ES
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
INTERES. : SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE
ENFERMAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : ALOIR ZAMPROGNO FILHO E OUTRO(S) - ES011169
LEONÍDO JOSÉ DE BARROS E SILVA GUSMÃO -
ES010098
FELIPE NUNES PACOVA - ES015507
INTERES. : MUNICÍPIO DE VILA VELHA
ADVOGADO : DIENE ALMEIDA LIMA - ES005691
INTERES. : SINDICATO DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS
ATIVOS E INATIVOS DA CÂMARA E PREFEITURA
MUNICIPAL DE VILA VELHA ES
ADVOGADOS : RODOLFO GOMES AMADEO - ES012493
GENAINA FERREIRA DE VASCONCELLOS - ES023203

DECISÃO

O Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do Estado – SITAEN/ES ajuizou ação contra o Município de Vila Velha e do Sindicato dos Servidores e Funcionários Ativos e Inativos da Câmara e da Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES - SINFAIS, objetivando o reconhecimento de representatividade exclusiva da categoria dos técnicos e auxiliares de enfermagem do Estado, decorrente do princípio da especialização, bem como o repasse do valor correspondente à contribuição sindical respectiva, referente ao exercício de 2015 e seguintes.

Em autos recursais, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, anulando os atos decisórios do processo, declinou da competência, em razão do entendimento firmado pelo STF na ADI 3395 (fls. 563-575).

O Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Vila Velha, por sua vez, suscitou o presente conflito, com fulcro no art. 114, III, da Constituição Federal (fls. 638-645).

É o relatório. Decido.

In casu, é de se fixar a competência do juízo trabalhista, considerando que a ação em causa enquadra-se no disposto no art. 114, III, da Constituição Federal.

Nesse diapasão, destaco os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONFLITO DE
COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA DO
TRABALHO. AÇÃO JUDICIAL, PROPOSTA POR ENTIDADE

SINDICAL DE NÍVEL SUPERIOR, CONTRA DETERMINADO ESTADO DA FEDERAÇÃO, PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVAMENTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. AÇÃO PROPOSTA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. APLICABILIDADE DO ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 222/STJ. CONHECIMENTO DO CONFLITO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

I. A Primeira Seção do STJ, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT. No aludido julgamento, ficou consignado que, após a Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o art. 114, III, da Constituição de 1988, restou superada a Súmula 222/STJ ("Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"). Também ficou assentado que, nas ações de cobrança de contribuição sindical movidas contra o Poder Público, revela-se desinfluyente, para fins de definição do juízo competente, aferir a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e os seus servidores.

II. Assim como a Súmula 222/STJ ficou superada, após a promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, restaram igualmente superados, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), os precedentes invocados pelo Juízo suscitante.

III. Os seguintes precedentes do STF, que guardam similitude fática com o presente caso, corroboram a orientação jurisprudencial predominante no STJ, a partir do julgamento do supracitado AgRg no CC 135.694/GO: AgRg na Rcl 17.815/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/08/2014; AgRg na Rcl 9.758/RJ, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, PLENÁRIO, DJe de 07/11/2013; AgRg na Rcl 9.836/RJ, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, PLENÁRIO, DJe de 28/11/2011. Ainda no STF, no mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: RE 887.194/MG, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, DJe de 02/06/2015; ARE 721.446/DF, Rel. Ministro GILMAR MENDES, DJe de 05/06/2014; AI 763.748/MG, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, DJe de 14/02/2012.

IV. No âmbito do TST, os seguintes precedentes ratificam o entendimento da Primeira Seção do STJ, a partir do julgamento do aludido AgRg no CC 135.694/GO: AIRR 96040-08.2008.5.10.0019, Rel. Ministro MAURICIO GODINHO DELGADO, SEXTA TURMA, DEJT de 10/06/2011; RR 1309-35.2010.5.18.0081, Rel. Ministro ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE, TERCEIRA TURMA, DEJT de 01/03/2013; RR 4300-84.2011.5.17.0013, Rel. Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, SÉTIMA TURMA, DEJT de 19/06/2015.

V. No caso, trata-se, na origem, de ação ajuizada, sob a égide da Emenda Constitucional 45/2014, por entidade sindical de nível superior, contra o Estado do Rio Grande do Norte, visando a cobrança da contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT, em relação aos servidores públicos daquele Estado, de modo que compete à Justiça do Trabalho, e não à Justiça Comum Estadual, processar e julgar a causa, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

VI. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal/RN, ora suscitante.

(CC 145.922/RN, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 20/06/2016)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FATO GERADOR QUE DERIVA DA RELAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INDIFERENTE SE TRATAR DE SERVIDOR PÚBLICO COM VÍNCULO CELETISTA OU ESTATUTÁRIO.

1. As ações em que se discute a contribuição sindical (imposto sindical) de servidor público, após o advento da EC n. 45/2004, devem ser ajuizadas na Justiça do Trabalho, indiferente a relação celetista ou estatutária. Precedentes: AgRg no CC 135694 / GO, Primeira Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 12.11.2014; AgRg no CC 128599 / MT, Primeira Seção, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 13.05.2015.

2. Superados os seguintes precedentes que punham em relevo a relação celetista ou estatutária do servidor com o ente Público: CC 90770 / SP, Primeira Seção, Rel. Des. conv. Carlos Fernando Mathias, julgado em 14.05.2008; CC 87829 / GO, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 12.09.2007; CC 77650 / SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 26.09.2007; CC 69025 / SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 10.10.2007; AgRg no CC 79592 / RS, Primeira Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 14.11.2007.

3. Isto porque a Medida Cautelar concedida pelo STF na ADI 3395 MC / DF abrange apenas o art. 114, I, da CF/88 e as causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores na discussão de sua relação jurídico-administrativa ou estatutária, o que não é o caso dos autos, pois as demandas onde se discute a contribuição sindical dos servidores públicos são de natureza tributária e ocorrem entre os servidores e as entidades sindicais, entre as próprias entidades sindicais umas contra as outras ou entre as entidades sindicais e o Poder Público. Além disso, o fato gerador da contribuição sindical compulsória (imposto sindical) depende da constatação da representação sindical, matéria exclusiva da justiça laboral, consoante o art. 114, III, da CF/88.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de São Luís/MA, o suscitante.

(CC 138.378/MA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe 14/09/2015).

No mesmo sentido, constata-se a existência de outras decisões: CC n. 155688/SE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 01.12.2017; CC n. 155126/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 30/11/2017; CC n. 155087/MT, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 22/11/2017.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de janeiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

